

MILENA SOUZA OLIVEIRA

**MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NO TERMO DE MARIANA NO
SÉCULO XIX**

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso, requisito para a titulação de bacharela em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca

MARIANA

2018

O483m Oliveira, Milena Souza.
Mulheres chefes de domicílio no termo de mariana no século XIX
[manuscrito] / Milena Souza Oliveira. - 2018.

22f.: il.: color; graf; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História.

1. Mulheres chefes de família. 2. Documentação - Mariana (MG). 3. Século XIX. I. Fonseca, Marcus Vinícius. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(815.1)

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

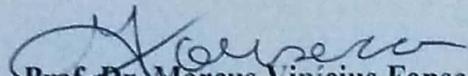
Nome do aluno

Milena Souza Oliveira

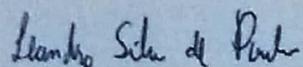
Título do Trabalho

**MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NO TERMO DE MARIANA NO
SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel. Aprovado pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca

Departamento de Educação/UFOP - Orientador


Prof. Dr. Leandro Silva de Paula

Departamento de Educação - Membro Avaliador

MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NO TERMO DE MARIANA NO SÉCULO XIX

RESUMO

A concepção de família patriarcal, como a de família extensa, chefiada pelo senhor da casa grande, foi sustentada por obras como a de Gilberto Freyre e propunham a existência desse modelo de maneira homogênea no território brasileiro. Essa concepção pode ser contraposta por trabalhos como o de Robert Slenes (1988) ao trazerem para a historiografia a presença da família escrava, ou de Eni Mesquita Samara (1992) ao colocar em primeiro plano a existência de famílias matriarcais. Neste trabalho, nos propusemos a analisar a existência dos domicílios chefiados por mulheres. Para este fim, utilizamos como fontes documentais as listas nominativas dos anos de 1831 e 1832 do Termo de Mariana, digitalizadas e originalmente disponíveis no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Analisamos as regiões de Catas Altas, Nossa Senhora da Boa Vista, Passagem e a cidade de Mariana, sendo a regionalidade o diferencial desta pesquisa. A partir das listas nominativas traçamos os perfis das mulheres chefes de domicílio e percebemos como as suas existências não foram um fato isolado, aparecendo em número expressivo na região. Desse modo, a partir da amostragem dos dados das listas, juntamente com outros trabalhos que também abordam a existência de mulheres chefes de domicílio em outras localidades do sudeste colonial e da primeira metade do Império, tentamos evidenciar que ao contrário do que a bibliografia clássica afirma, a família patriarcal brasileira não era hegemônica, havendo a existência de diversos tipos de famílias.

PALAVRAS-CHAVES: Mulheres chefes de domicílio; Termo de Mariana; Listas Nominativas; Século XIX;

A FAMÍLIA NA HISTÓRIA BRASILEIRA: BREVE RELATO

No Brasil, os estudos sobre família foram fortemente sustentados pela lógica do modelo patriarcal, característica considerada como elemento preponderante na definição de famílias no século XIX. Ao analisar a família patriarcal na historiografia brasileira, Marisa Teruya (2016) a descreveu como:

[...] um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrangidos sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção

dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional. (TERUYA, 2016, p.4)

A definição desse modelo familiar consolidou-se ao longo da historiografia brasileira a partir do trabalho de alguns pesquisadores considerados centrais para o estudo da sociedade brasileira, sendo Gilberto Freyre uma dessas figuras importantes. Em “Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”, Gilberto Freyre analisa a família principalmente a partir da perspectiva da casa grande do nordeste colonial, atribuindo-lhe as características importantes para a consolidação do modelo patriarcal, como a sua extensão e a centralização do poder na figura masculina.

Essa interpretação surgiu em decorrência da inexistência de um poder Estatal coeso (PRIORE, 2009), incapaz de estabelecer a ordem na Colônia tornando-se necessário o estabelecimento de núcleos de poder, como a Casa Grande, constituindo-se o modelo de família patriarcal. A família é definida a partir de relações hierárquicas de poder entre o senhor da casa grande e os demais membros do domicílio, relações estas que extendiam-se para a senzala, de forma que essas pessoas passavam a exercer uma condição de subordinação em relação ao chefe.

Desse modo, o sistema patriarcal tornou-se mais do que uma forma de caracterização da família, nesse momento, ela também abarcava pressupostos sociais, econômicos, e políticos. No entanto, ao contrário do que Freyre (2003) nos dá a entender, essas relações não ocorreram de maneira harmoniosa, quase que romantizada, como se não houvesse conflitos entre os sujeitos.

O modelo de família proposto por Freyre (2003) mesmo sendo plausível para analisarmos a estrutura de alguns tipos de família, também foi e ainda é muito criticado, principalmente por seu caráter uniformizador ao caracterizar o modelo patriarcal como o único para todas as regiões brasileiras. Neste sentido, recorremos a três dimensões analíticas que nos ajudam a contrapor esse modelo: aspectos econômicos-demográficos e os seus impactos na composição da família extensa, a existência de famílias escravas e a significativa presença de domicílios chefiados por mulheres.

A perspectiva demográfica foi analisada a partir das pesquisas de Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna (1984). Eles estudaram as estruturas demográficas de Minas Gerais ao longo do século XVIII e início do XIX. Nos mostraram que por tratar-se de uma região mineradora o índice demográfico estruturava-se de acordo com a

demanda da extração mineral, particularidade que influenciou diretamente na estruturação dessa sociedade.

A partir dos estudos sobre a Paróquia de Nossa Senhora do Antônio Dias pertencente a Vila Rica na primeira metade do século XVIII, período de auge da mineração, os autores demonstraram que os dados demográficos foram marcados por uma certa estabilidade populacional, havendo um equilíbrio entre o número de óbitos e nascimentos, perceptível pelo declínio do número de batismos registrados. Os casamentos analisados na região também sofreram influência da atividade econômica havendo momentos de crescimento, seguidos de estabilidades e posterior declínio ao final do século XVIII e início do XIX. Portanto, se compreendermos que a demografia de uma região pode ser alterada de acordo com o seu contexto econômico podemos também afirmar que os modelos de domicílios encontrados nessas localidades sofreram alterações devido a essas especificidades. Segundo Costa e Luna (1984):

[...]de 1727 à década 1760-69, verificou-se substancial aumento na quantidade de uniões. De fins da década dos 60 à dos 80 os casamentos rarefizeram-se segundo taxa mais elevada do que a correspondente ao acréscimo ocorrido no período anterior. Ao final dos anos 70 e em todo o decênio dos 80, o número de casamentos estabilizou-se em torno da média prevalecente nos anos 30 e 40 -- em 1786 o número de casamentos igualou o registrado em 1737 e, em 1790, observou-se quantidade correspondente à média dos anos compreendidos entre 1732 e 1741. Dos anos 80 ao início do século XIX verificou-se rápida recuperação, seguida de baixa que se estendeu até o segundo decênio do século. (COSTA, LUNA, p. 2)

Além disso, essa estruturação sócio-econômico também interferiu na posse de escravos nos domicílios. Se comparado a realidade dos domicílios com escravos da região de Minas Gerais em relação a realidade presente no nordeste latifundiário descrito por Freyre é possível notar uma alarmante disparidade numérica. Neste mesmo estudo feito por Costa e Luna (1984), sobre cinco regiões específicas de Minas Gerais e em períodos diferentes, concluíram que a presença de senhores com reduzido número de cativos era uma realidade comum, mesmo em momentos de alta atividade extrativa, havendo predomínio de pequenos proprietários.

Estudamos a Vila de Pitangui, nos anos de 1718 a 1723, em fase de consolidação da lide extrativa; analisamos o Serro do Frio, em 1738, momento próximo ao apogeu da mineração, quando esta última já se encontrava definitivamente assentada; a terceira localidade correspondeu a Congonhas do Sabará, em duas épocas distintas: em 1771, quando se evidenciavam os primeiros sinais de esgotamento das

minas e, no ano de 1790, quando a decadência se mostrava mais evidente e irreversível. Por fim, consideramos Vila Rica e o Distrito de São Caetano, ambos em 1804, quando a economia mineira se encontrava em franca recessão, com o empobrecimento da população estabelecida nas Gerais e o esvaziamento dos núcleos urbanos ali existentes.

Salta à vista, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos. Em todas as localidades estudadas, a maior frequência coube aos proprietários com um e dois escravos, cujo peso relativo, na maioria delas, ultrapassava os quarenta por cento, com as maiores marcas no Serro do Frio, em 1738, com 56,0%, e Vila Rica, em 1804, com 54,9%. Pitangui, em 1718 e 1723, constituía o núcleo de menor participação relativa do segmento em apreço, com valores de 28,5% e 33,3%, respectivamente. (COSTA, LUNA, p.19).

A existência de pequenos produtores com reduzido número de escravos, no entanto, não elimina o sistema patriarcal, este por sua vez, também exerceu influência dentro desses núcleos e determinaram as relações de poder ali presentes. Buscamos chamar atenção ao fato desse modelo freyriano ter sido visto na historiografia como um sistema predominante, ignorando a existência de outras realidades, logo, negando a presença de outros núcleos familiares não patriarcais, considerados por muito tempo como exceção na História do Brasil.

Candice Vidal e Souza e Tarcísio Rodrigues Botelho (2001) também trazem essa perspectiva regionalista a partir da obra de Sylvio de Vasconcellos, “*Mineiridade: ensaio de caracterização*”, de 1968. Há uma compreensão sobre as características de Minas Gerais que perpassam a concepção da família nesse espaço sem adotá-la como um modelo nacional. Nessa interpretação há o reconhecimento da importância da atividade econômica como transformadora do modelo familiar, podendo-se observar que a família configurada no meio urbano era diferente da existente nos latifúndios do litoral nordestino. Essa característica teria possibilitado maior fluidez do sistema patriarcal e associada à necessidade de sobrevivência levou a formação de outros grupos familiares, citando inclusive, a presença do matriarcado¹.

Com o movimento de renovação da historiografia presente no Brasil por volta da década de 70, possibilitou-se uma retomada nos estudos sobre família a partir de um olhar mais crítico. Esses estudos tiveram a preocupação em analisar outros arranjos

¹Candice Vidal e Souza e Tarcísio Rodrigues Botelho, p. 429, apud Sylvio de Vasconcellos.

familiares até então pouco considerados na historiografia, evidenciando o fato de que “as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes” (SAMARA, 2002, p.28). Havia inclusive a existência de núcleos familiares escravos, ou a presença de domicílios matriarcais.

Sobre a perspectiva escravista, no caso de São Paulo, Robert Slenes (1988) afirma que casamentos entre escravos ou a incidência de uniões entre eles não eram atípicos, porém, por suas histórias normalmente serem retratadas por “olhares brancos”, tendiam a representar os negros cativos sempre associados a promiscuidade e devassidão. Isso criou o estigma de serem incapazes de possuírem relações duradouras, situação também dificultada por sua realidade em cativo, perspectivas que contribuíram para o esvaziamento das experiências desses sujeitos.

Além disso a leitura das fontes de pesquisas realizadas por esses pesquisadores também contribuiu para essa exclusão. Segundo Slenes (1988), na segunda metade do século XIX, os documentos mostraram maiores casamentos entre escravos, mas esses registros ocorreram por terem sido sacramentados pela Igreja havendo maiores documentações disponíveis. Esse fato teria influenciado os historiadores a compreenderem os núcleos familiares escravos como casos isolados, no entanto, não poderiam ser suficientes para excluir a existência de outras uniões consensuais em outros lugares e períodos do Brasil. Em síntese:

Na verdade, as uniões sexuais de “longa duração” – não, evidentemente, as de 40 anos, que seriam relativamente raras em qualquer sociedade com altos índices de mortalidade, mas digamos, as de 10 anos ou mais – eram bastante comuns entre os escravos; como também eram comuns os casos de filhos que não apenas conheciam o pai, mas que passavam os anos formativos na sua companhia. Em Campinas, por exemplo, segundo os manuscritos existentes da “matrícula” (registro) de escravos de 1872-73, nos plantéis com dez ou mais cativos (contendo, talvez, quatro em cada cinco escravos no município), 67% das mulheres acima de 15 anos eram casadas ou viúvas; 87% das mães (com crianças de menos de 15 anos presentes na mesma lista de matrícula) eram casadas ou viúvas; e 82% dos filhos menores de 10 anos viviam junto com os dois pais, ou com mãe ou pai viúvo. Pesquisas sobre outros municípios e períodos, utilizando fontes demográficas diferentes, mostram resultados compatíveis ou semelhantes. (SLENES, 1988, p. 192)

A historiografia da escravidão de certo modo negou a existência das famílias escravas. Na mesma direção caminharam as abordagens sobre o protagonismo feminino

apagado pela “visão estereotipada da condição feminina e o quase desconhecimento da sua atuação na colonização do Brasil, serviram para mistificar por gerações a atmosfera rígida e autoritária, das famílias patriarcais, e a exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisão” (SAMARA, 1992, p.162). Esse esvaziamento do lugar feminino ficou evidente a partir do surgimento de pesquisas dedicadas a trazerem a tona a existência de domicílios chefiados por mulheres, deslocando o seu papel social do lugar comum.

DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES NA HISTORIOGRAFIA DO SUDESTE BRASILEIRO

Falar em domicílios² chefiados por mulheres implica em discutirmos os papéis sociais que as mulheres exerciam na sociedade, deste modo, a questão do gênero é essencial para a elaboração da pesquisa que apresentamos, pois, é a partir do entendimento da construção histórica dos papéis socialmente desenvolvidos que fundamentamos o nosso debate. Entendemos que “a categoria *gênero* se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade”(FOLLADOR, 2009, p.2).

A historiogra criou narrativas praticamente universais sobre as mulheres, foram muitas vezes retratadas como passionais e por isso com dificuldades de desenvolver raciocínios coerentes, incapazes, histéricas e até mesmo demoníacas: foram personalizadas na figura da bruxa, fonte do mal e tentação ao homem. Em contraposição, desenvolveu-se a imagem da mulher submissa, atenta e dedicada às necessidades do lar, porém, privada de suas necessidades pessoais³.

²Ao nos referirmos ao termo família, dizemos respeito diretamente ao modelo patriarcal tradicional, constituído através do matrimônio. O termo domicílio será recorrente ao tratarmos sobre as mulheres chefes, em oposição ao modelo patriarcal e também pela amplitude do significado do termo domicílio. Em um domicílio podemos perceber diferentes membros, ou agregados que não necessariamente possuem vínculo de cosanguinidade, mas residem na casa, ou fogo, estabelecendo relações com o chefe desse domicílio. Em uma família simples a existência desses agregados também pode ser percebida, mas nesse caso não atribuímos peso significativo, pois essa família já carrega o status da tradição, portanto é socialmente reconhecida.

³Essa dualidade a respeito da mulher foi trabalhada por várias perspectivas e autoras, aqui nos baseamos em Mary Del Priore a partir da obra “Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia” de 2009. Esse pensamento também foi abordado por Kellen Jacobsen Follador, em “A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental, também de 2009. De forma aprofundada, Delumeau também dedica-se a esta análise em *A História do Medo no Ocidente: 1300-1800*, evidenciando o caráter histórico da construção do imaginário feminino.

Os discursos da dicotomia entre bem e mal intensificaram-se na Idade Média ocidental, ganhando contornos específicos. Avançaram até o período colonial ganhando força e propósitos aliados ao próprio projeto de colonização portuguesa, visto que nesse momento o discurso do papel social da mulher ganhou força através das manifestações da Igreja, carregados de preceitos moralizantes em concomitância com o Estado. Desse modo, foi difundido o que consideravam a mulher ideal, ou seja, o seu papel aliado a reprodução e constituição familiar, serviu para a metrópole firmar raízes e maior poder no território brasileiro (PRIORE, 2009).

O estabelecimento do ideário feminino como mãe dedicada e boa esposa teria restringido a participação social da mulher ao espaço privado da casa. Foram lhes atribuídas uma condição de limitação de atuação nos espaços públicos, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo condições de exercer poder nas relações desenvolvidas nesse âmbito privado do lar. Segundo Mary Del Priore (2009):

A partir de finais do século XVII, uma evolução não linear, feita de constrangimentos e rupturas, teria promovido a incubação de uma moral conjugal sóbria e vigilante, no que tocasse a vida familiar. Nesse longo processo, as fronteiras entre o domínio do público e aquele do privado ficaram mais nítidas, favorecendo a que os papéis desempenhados nestes territórios se tornassem mais visíveis. Ao confinar ou ceder as mulheres o espaço da casa, a Igreja apostava no sucesso do projeto tridentino, mas cedia-lhes também um espaço privilegiado para o comando de afetos, solidariedades, estratégias e poderes informais, que acabaram por interferir na realização desse mesmo projeto normativo. (PRIORE, 2009, p. 35)

Essa posição social da mulher estendeu-se no século XIX, contudo, de forma não homogênea. A imagem da matrona submissa ao homem e restrita ao espaço da casa e da família foi atribuída a todas as mulheres, ofuscando essas formas de resistências. Contudo, essa teria sido uma realidade mais associada ao contexto da mulher branca e com melhores condições econômicas, do que as mulheres pobres brancas e negras onde outras realidades poderiam ser observadas. E ainda, se pensarmos na realidade da mulher escrava essa imagem não se aplicaria, uma vez que outras normas sociais lhes eram aplicadas.

No âmbito ideológico, houve uma construção muito forte do lugar em que a mulher ocupava, de modo que até os dias atuais há uma resistência dos movimentos sociais feministas em tentar romper com essa barreira delimitada pelo patriarcado. No entanto, no contexto de transição entre a Colônia e o Império, essas resistências

ocorreram de formas mais sutis aliadas às condições de sobrevivência influenciadas pelas condições socioeconômicas e raciais.

Ao falarmos em resistências sutis destacamos por exemplo comportamentos em relação ao matrimônio que, como dissemos anteriormente, foram influenciados pelas realidades socioeconômicas e raciais, e o fator regional também atribuiu um grande peso na constituição de família. Essas três perspectivas nos dão margem para abordarmos a existência dos relacionamentos irregulares, que extrapolavam a tradição do grupo familiar simples⁴ e eram mais comuns do que as uniões conjugais visto que o casamento era um investimento caro ao qual poucos podiam arcar, além de ser um meio de manutenção da linhagem familiar, mais comum entre as elites. Essas relações romperam de certo modo com a lógica rígida e homogênea do patriarcalismo refletido no modelo familiar simples, até então tido como majoritário.

Mariza Corrêa (1981) afirma que “se há uma família definida como normal, ela é única por contraste com a grande massa não familiar que a cerca, definida como anormal” (1981, p. 11), ou seja, a família tradicional, “normal”, carrega um valor simbólico sustentado pelas uniões matrimoniais, mas numericamente não existiu na proporção que foi difundida visto que os relacionamentos irregulares existiram em inúmeras proporções. A excessiva valorização da família tradicional invisibilizou o protagonismo feminino nos domicílios, contudo mesmo tratadas como avesso da norma, encontramos a existência de um número considerável de mulheres exercendo a função de matriarcas chefes de domicílio em uma “conduta inversa” (PRIORE, 2009) ao papel pré-estabelecido socialmente.

Eni Mesquita Samara (1992) afirmou que a existência de mulheres chefes de domicílio eram aparentemente uma realidade comum no contexto da América Latina. Tratando-se do cenário da região sudeste do final do século XVIII e início do XIX, essa realidade teria ocorrido principalmente devido às estruturas econômicas que lá foram desenvolvidas, divergindo-se totalmente do cenário agrícola do nordeste. Samara (2002) afirma que:

⁴Segundo Marcus V. Fonseca, grupo familiar simples seria aquele em que “encontramos cônjuges no interior do domicílio. Assim, a classificação considerou não só o chefe, mas também o fato de ele ter uma situação conjugal reconhecida como legítima por aqueles que elaboraram a lista.” (2010, p. 25). Portanto, trata-se do modelo reconhecido como o mais tradicional em nossa sociedade, composto por um casal heteronormativo e seus filhos.

No século XVIII, a situação era semelhante em áreas mais pobres do Sul, que gravitavam em torno das Minas como a Capitania de São Paulo, com núcleos urbanos em crescimento e uma vida rural mais modesta que a do Nordeste. Nos engenhos de cana paulista, as escravarias eram menores. Assim, na falta do braço escravo, lavradores empobrecidos trabalhavam a terra com suas famílias e aceitavam membros subsidiários para ajudar na faina diária. No meio urbano, pequenos negócios e uma gama variada de serviços ligados ao abastecimento ofereciam oportunidades para a população desvinculada do setor exportador. Isso favoreceu a atuação das mulheres trabalhadoras que estavam presentes por toda a parte e ocupavam os espaços que eram deixados pela migração masculina e a falta de escravos. Tudo isso sem dúvida, vai alterar o quadro da organização familiar e das relações de gênero.(SAMARA, p. 34, 2002).

No século XIX, a ampliação dos núcleos urbanos e consequente demanda por mão de obra aliada a migração masculina para a formação de lavouras intensificou o acesso feminino às atividades comerciais e modificou as relações sociais. Foi a partir do movimento de revisão historiográfica da segunda metade do século XX que estes fatores ganharam maior importância para as discussões relacionadas a historiografia da mulher e da família. Para evidenciar as mudanças ocorridas a partir da participação feminina nos espaços não convencionais historiadoras e historiadores utilizaram-se de fontes documentais, algumas já pesquisadas, que ganharam significados diferentes a partir da ótica da História Social.

As listas nominativas são um exemplo. Elas podem ser definidas como censos de contagem populacional e trazem dados objetivos em relação aos fogos⁵ e as pessoas ali presentes descrevendo-as em relação ao seu nome, condição (livre ou escravo), idade, estado civil, raça, ocupação. São fontes de pesquisa que foram muito utilizadas na realização de pesquisas demográficas de cunho quantitativo, mas um outro olhar para essas fontes, atribuíram-lhes possibilidades de novos estudos para a contribuição da história da historiografia das mulheres.

Para o período que estamos analisando trabalhos como os de Eni Mesquita Samara trouxeram a tona as listas nominativas como fontes de pesquisa, de modo a analisar a existência das mulheres chefes de domicílio na sociedade paulista do século XIX. Em seu trabalho *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*, identificou no censo de 1827 sobre a região de São Paulo, que as mulheres possuíam uma participação econômica e social significativa:

⁵ Termo utilizado para falar de domicílio.

Dentre um total de 492 domicílios recenseados no ano de 1827, 144 eram chefiados por mulheres (29,26%) com ocupações bastante distintas: colcheiras (3-2,08%), costureiras (168-1-0,69%), fiandeiras (42-29,16%), tecelã e fiandeira (1-0,69%), lavradoras (47-32,63%), louceiras (10-6,94%), planta para consumo próprio (7-4,86%), roceiras (10-6,94%), tecelãs (1-0,69%) vivem de ganhos destacados (1-0,69%), vivem da assistência de parentes (4-2,77%) e vivem de jornal e de seu trabalho (7-4,86%), vive do vencimento de um carro (1-0,69%), vivem de esmolas (4-2,77%), não constam ocupações. (4-2,77%) (Censo, São Paulo, 1827). (SAMARA, p. 3, 1992)

No censo posterior, de 1836, também de São Paulo, a autora identificou um número mais considerável de mulheres chefes de domicílio, nos quais “dentre um total de 1516 fogos recenseados, 930 (63,2 %) eram do sexo masculino e 542 (36,8%) eram do feminino, o que significa que praticamente um terço das famílias eram comandadas por mulheres” (SAMARA, p. 3, 1992).

Muitas destas mulheres eram viúvas ou solteiras, porém, não eram sozinhas, viviam com outros familiares e/ou agregados. A existência de crianças nos fogos poderia indicar que essas mulheres tinham relacionamentos independentes, não vinculados ao matrimônio, no entanto, também foi possível perceber a incidência de mulheres casadas. Considera-se que esses casos diziam respeito a mulheres aos quais os maridos exerciam atividades de trabalho em outras regiões, ou que tenham abandonado as suas parceiras (SAMARA, 1992).

Características semelhantes em relação às mulheres chefes de domicílio, foram identificadas em Minas Gerais. A região mineradora na primeira metade do século XVIII, foi foco de demasiada exploração aurífera e diamantina, mas ao final deste mesmo período e início do século XIX encontrou-se com a produção em declínio, ocasionando em uma crise econômica e demasiada migração masculina para o interior do território brasileiro. Esta série de fatores levou Iraci Del Nero da Costa (1984) a considerar esse momento como o de declínio econômico de Minas Gerais. Em contrapartida, se partirmos da perspectiva abordada por Clotilde Paiva (1996), torna-se claro que ao mesmo tempo em que houve o declínio das atividades remanescentes da mineração, também desenvolveram-se outras atividades econômicas, voltadas para o comércio e diretamente relacionadas ao processo de urbanização, enquanto que no espaço rural, as atividades produtivas estenderam-se para a pecuária.

Este cenário contribuiu para a entrada das mulheres no mercado de trabalho, necessário também devido a demanda de sobrevivência. Deste modo, percebemos que a

maioria das mulheres chefes de domicílio eram oriundas de camadas mais populares da população, algo também perceptível na capitania de São Paulo, sendo em grande parte, pretas, pardas e crioulas, realidade no entanto, que não excluiu a presença de mulheres brancas ou de classes mais abastadas na condição de chefes.

Vanda Lúcia Praxedes (2008) também analisou o perfil das mulheres chefes de domicílio, porém, em Minas Gerais, a partir dos dados das regiões de Caeté, Pitangui, Vila do Príncipe, Paracatu, Minas Novas e Sabará. Também utilizou o recurso das listas nominativas, referentes aos anos de 1831 – 1832, aos quais concluiu que:

em Minas Gerais, 74% (57.462) dos chefes de domicílios eram homens, enquanto 26% (20.211) eram mulheres, o que vale dizer que quase um terço das famílias mineiras, naquele momento, estava sendo dirigida por mulheres. No que se refere às mulheres, certamente esse não é um percentual desprezível, levando-se em conta, inclusive, que a maioria delas estava inserida em diversas atividades produtivas para prover sua subsistência e a dos familiares sob sua responsabilidade. (PRAXEDES, p.3, 2008)

Identificou nessas regiões que o perfil racial dessas mulheres era caracterizado por uma maioria preta, crioula e parda (PRAXEDES, 1996, p.134). Esse perfil é por ela justificado devido a menor necessidade de mão de obra escrava por conta de uma tradição de atividades agropecuárias de abastecimento das regiões mineradoras, possibilitando maior número de alforrias, além dos aspectos da própria miscigenação. Em relação as atividades exercidas pelas mulheres, nota-se, “em Minas Gerais, a existência de uma estrutura ocupacional diversificada, em que a maioria das ocupações está concentrada em cinco grupos principais: fiação, tecelagem e costuras; lavoura e pecuária; comércio, mineração” (PRAXEDES, 2008, p. 10).

Ao analisarmos os dados em relação a outras localidades de Minas Gerais, é possível perceber que a existência de mulheres chefes de domicílio fazia parte da realidade do cotidiano no século XIX. Neste sentido, buscamos contribuir para os estudos que analisam a existência e protagonismo às mulheres chefes de domicílio a realidade da cidade de Mariana, já abordada em outros trabalhos⁶, em comparação com as regiões de Passagem, Catas Altas e Nossa Senhora da Boa Vista, de modo a estabelecer um perfil dessas mulheres dentro dos limites que as Listas Nominativas

⁶ Clotilde Paiva faz um levantamento do perfil das mulheres chefes de domicílio em Mariana ao trabalhar com o perfil da população a partir de uma análise demográfica. Romilda Oliveira Alves também se dedica aos estudos das mulheres chefes de domicílio em Mariana, de modo a analisar as especificidades do meio urbano em comparação com o rural, entre os anos de 1800 a 1822.

podem nos oferecer, mas sem ignorar as possíveis problematizações que essas fontes podem trazer. A disponibilidade de acesso às fontes dessas regiões foram determinantes para as elegermos como objetos de estudos, além justificando a nossa escolha. Contudo, não significa que essas regiões foram as únicas com mulheres chefes de domicílio, a análise de outros lugares demandaria uma pesquisa mais ampla e um tempo maior.

Os trabalhos aqui citados, além de nos ajudarem como referenciais teóricos, também contribuíram como referencial metodológico, uma vez que também utilizaram as listas nominativas como fontes de análise do perfil social das mulheres chefes de domicílio.

O PERFIL DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NO TERMO DE MARIANA

“*Termo*” pode ser utilizado para caracterizar a área de uma região no caso, Mariana. A região antes conhecida como Vila de Nossa Senhora do Carmo, foi elevada a condição de cidade em 1745, após a criação do bispado, tornando-se a sua sede (FONSECA, 1998). Segundo Maria do Carmo Pires (2012):

A comarca dividiu-se em dois termos, um com sede em Vila Rica e o outro em Vila de Ribeirão do Carmo. Os termos se dividiam em freguesias que também se dividiam em arraiais, distritos ou continentes. As primeiras freguesias de provisões episcopais se desenvolveram em torno das atividades mineradoras ou agrícolas e, aos poucos, a população foi se dedicando também a outras atividades necessárias para o desenvolvimento da região.

O Termo de Vila Rica do Ribeirão do Carmo/Mariana era mais extenso que o Termo de Vila Rica, possuía um número maior de freguesias além de ser mais populoso. Abrangia os sertões de Rio Pomba, Muriaé e Doce, atingindo as fronteiras do Rio de Janeiro. (PIRES, 2012, p.29)

O investimento da Igreja Católica na região, configurando-a como um centro religioso, aliada a atividade mineradora, levaram ao desenvolvimento urbano da cidade, influenciando em um maior dinamismo das estruturas sociais e familiares. Ao analisarmos os dados disponíveis nas listas nominativas de 1831 e 1832, de Mariana, Catas Altas, Passagem e Nossa Senhora da Boa Vista originalmente encontradas no Arquivo Público Mineiro, a flexibilização dos arranjos familiares fica evidente, havendo variações ao modelo de domicílio simples.

Classificamos esses domicílios a partir de quatro categorias distintas (FONSECA, 2010): domicílios simples, considerado o modelo tradicional de família; domicílios chefiados por homens, onde identificamos um homem solteiro, viúvo ou casado mas sem a presença da parceira no fogo, domicílios com agregados, onde além da configuração simples há outras pessoas morando no fogo, de modo que não necessariamente estejam ligados por laços familiares, e domicílios chefiados por mulheres, grupo principal ao qual nos propusemos a analisar.

Como exemplos trouxemos a “figura 1” a seguir, representando um modelo de domicílio simples de Passagem, composto pelo chefe Simao dos Santos Ferreira, agricultor, 53, seguido de Maria Joanna, a quem julgamos poder ser casada com Simao. Também é identificado a presença de outro Simao dos Santos Ferreira, 29, Antonio dos Santos Ferreira, 21, e Francisca dos Santos Ferreira, 14, o mesmo sobrenome e idades inferiores nos leva a supor que essas pessoas poderiam ter sido filhos do casal. Há também a presença de sete escravos. Já a “figura 2”, diz respeito a um domicílio chefiado por mulher, também de Passagem. É o domicílio de Luzia Francisca de Souza, composto por oito pessoas. Nota-se a presença de um casal, mas ainda assim Luzia Francisca, solteira, aparece como chefe. A existência do mesmo sobrenome de alguns membros do domicílio e o fato de serem todos pardos, nos possibilita fazer a suposição de que tratam-se de pessoas com relações de parentesco, no entanto, não é algo que podemos afirmar com certeza.

A “figura 3” é referente a um domicílio de Nossa Senhora da Boa Vista, chefiado por homem, Antonio Alves, casado, mas sem o indicativo da sua parceira no fogo. Não é possível identificarmos a relação entre os outros dois membros do fogo, Tereza e Antonio, com o chefe, podendo ser agregados. Por fim, a “figura 4” representa um domicílio com agregado de Catas Altas, em que Antonio Pereira, 30, casado, é o chefe. Clara Angelica, 28, também casada, nos leva a supor que ambos são um casal e Joze Goncalves Dias, 40, devido a sua idade superior e nenhum sobrenome comum com os outros dois membros do fogo, indica que ele seja um agregado.

Figura 1 - Domicílio do Simão⁷ dos Santos Ferreira (1831).

Fogo	Nome	Sexo	Raça	Condição	Idade	Estado Civil	Ocupação
1	Simão dos Santos Ferreira	Masculino	Branco		53	Casado	Agricultor
1	Maria Joanna	Feminino	Branca		48	Casada	
1	Simão dos Santos Ferreira	Masculino	Branco		29	Solteiro	Agricultor
1	Antonio dos Santos Ferreira	Masculino	Branco		21	Solteiro	Agricultor
1	Francisca dos Santos Ferreira	Feminino	Branca		14	Solteira	Costureira
1	Maria	Feminino	Crioula	Escrava	48	Viúva	Cozinheira
1	Francisco	Masculino	Crioulo	Escravo	24	Solteiro	Agricultor
1	Vicente	Masculino	Crioulo	Escravo	22	Solteiro	Agricultor
1	Silvana	Feminino	Crioula	Escrava	15	Solteira	Costureira
1	Felippe	Masculino	Crioulo	Escravo	11		
1	Germano	Masculino	Crioulo	Escravo	9		
1	Izabel	Feminino	Crioula	Escrava	7		

Figura 2 - Domicílio da Luzia Francisca de Souza (1831).

Fogo	Nome	Sexo	Raça	Condição	Idade	Estado Civil	Ocupação
15	Luzia Francisca de Souza	F	Parda		60	Solteira	Fiadeira
15	Francisco Caetano de Souza	M	Pardo		40	Casado	
15	Domitilla Izidora	F	Parda		20	Casada	
15	Joaquim de Souza	M	Pardo		4		
15	Anna de Souza	F	Parda		2		
15	Theodoro Caetano de Souza	M	Pardo		38	Solteiro	Tropeiro
15	Marcelana de Souza	F	Parda		36	Solteira	Tecedeira
15	Maria de Souza	F	Parda		34	Solteira	Costureira

Figura 3: Domicílio de Antonio Alves (1832).

Fogo	Nome	Sexo	Raça	Condição	Idade	Estado Civil	Ocupação
22	Antonio Alves	M	Pardo	Forro	66	Casado	Cultura
22	Tereza	F	Parda	Forra	36	Solteira	Fiadeira
22	Antonio	M	Pardo	Forro	13	Solteiro	Roça

⁷Transcrição como na fonte.

Figura 4: Domicílio de Antonio Pereira (1832).

Fogo	Nome	Sexo	Raça	Condição	Idade	Estado Civil	Ocupação
396	Antonio Pereira	M	Pardo		30	Casado	Agricultura
396	Clara Angelica	F	Parda		28	Casada	Fiandeira
396	Joze Goncalves Dias	M	Pardo		40	Solteiro	Agricultura

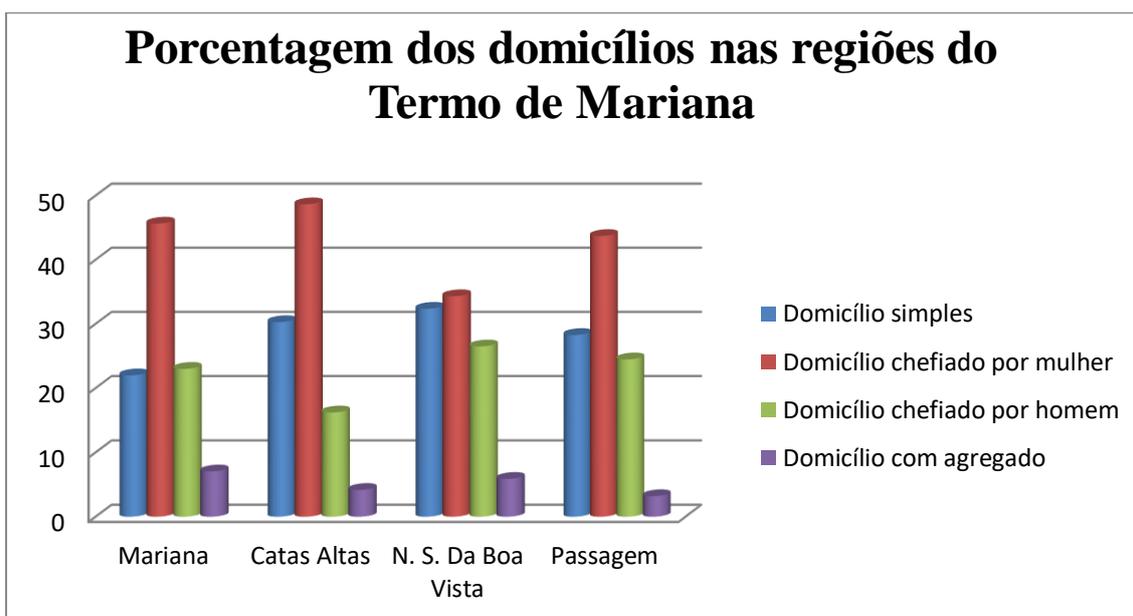
Após a classificação dos domicílios nas quatro categorias anteriormente citadas, buscamos estabelecer os perfis das mulheres chefes de domicílio de acordo com cada localidade para tentarmos estabelecer uma análise mais ampliada.

Alguns domicílios não foram possíveis de classificar, como por exemplo um caso encontrado na lista de Mariana, no qual há fogos “sem chefe”(figura 5), uma vez que os membros do domicílio são escravos. Esses casos apareceram em pouca quantidade, mas evidenciam algumas das dificuldades em se trabalhar com as listas nominativas, já que foram transcritas, cabendo a nós apenas realizar suposições sobre a intenção do texto.

Figura 5 - Domicílio sem chefe, Mariana (1831).

Fogo	Nome	Sexo	Raça	Condição	Idade	Estado civil	Ocupação
1	Germano	M	Cabra	Escravo	60	Solteiro	Empregado na chácara
1	Florencio	M	Cabra	Escravo	50	Solteiro	Empregado na chácara

Gráfico 1: Porcentagem dos domicílios no Termo de Mariana



A partir da classificação dos fogos das quatro localidades podemos constatar uma forte presença de mulheres chefes de domicílio. Em um total de 596 fogos em Mariana foi possível constatar que 272 possuem mulheres como chefes, totalizando um percentual de 45,6%. Em relação a Passagem, em 184 fogos, 79 são chefiados por mulheres, sendo equivalente a 42,9. Em Catas Altas a situação também é semelhante, em um total de 407 fogos, 198 possuem mulheres como cabeças do fogo, sendo 48,6%. Em Nossa Senhora da Boa Vista do total de 102 fogos, 35 são chefiados por mulheres, sendo 34,3%.

Sobre o perfil racial, notamos a predominância de mulheres classificadas como crioulas e pardas, principalmente em Mariana, região onde a maioria populacional livre constatação também semelhante aos estudos de Praxedes (2008) a respeito de outras localidades de Minas Gerais. A “tabela 1” indica o número de pessoas classificadas de acordo com o perfil racial.

Tabela 1 – Perfil Racial das Mulheres Chefes de Domicílio. Fonte: Lista Nominativa de Habitantes.

Raça								
Região	Total	Pardas	Branças	Pretas	Crioulas	Cabras	Africanas	S/C ⁸
Mariana	271	123 (45,3%)	54 (19,9%)	7 (2,5%)	69 (25,5%)	13 (4,7%)	-	5 (1,8%)
Catas Altas	198	106 (53,5%)	24 (12,1%)	9 (4,5%)	59 (29,7%)	-	-	-
N. S. da Boa Vista	45	27 (60%)	8 (17,7%)	-	9 (20%)	-	1 (2,2%)	-
Passagem	79	24 (30,3%)	8 (10,1%)	4 (5%)	43 (54,4%)	-	-	-

Além do perfil racial, consideramos relevante registrar o perfil de ocupação dessas mulheres. Identificamos a presença de ofícios semelhantes nas quatro localidades, havendo algumas variações. Destacamos na “tabela 2”, os ofícios que mais apareceram, havendo maior número de mulheres exercendo as atividades.

Tabela 2 – Perfil Ocupacional das Mulheres Chefes de Domicílio. Fonte: Lista Nominativa de Habitantes.

Ocupações mais frequentes								
Região	Costureira	Fiadeira	Lavadeira	Venda	Roça	Rendeira	Mineira	Inválida
Mariana	115	78	20	12	4	15	-	10
Catas Altas	8	120	-	1	5	26	-	14
N. S. da Boa Vista	2	20	-	2	-	5	-	-
Passagem	17	29	1	7	2	5	9	-

Como a “tabela 2” nos mostra, os ofícios exercidos pelas mulheres eram em grande maioria aqueles considerados femininos. Costureira e fiadeira aparecem em maior número, o que nos leva supor que a maioria das mulheres chefes de domicílio encontravam-se em condições econômicas mais desfavorecidas, retomando a ideia da necessidade de sobrevivência.

⁸Sem classificação.

No entanto, também foi possível identificar casos de mulheres chefes de domicílio em condições mais abastadas, conclusão feita a partir da quantidade de cativos existentes no domicílio. Em Passagem por exemplo, identificamos D. Maria Eugenia Galvão, viúva, branca, 49, trabalhava na fábrica de mineralogia (possivelmente dona da mina), detentora de 49 escravos. Trouxemos esse exemplo em oposição a ideia de que mulheres chefes de domicílio e a condição de pobreza estão intimamente relacionadas, mas pensar que o fato de existir uma maioria em condições menos desfavorecidas, não exclui a existência de mulheres que tenham ocupado posições de poder na sociedade. Também é importante lembrarmos que a característica de escravos por domicílios em Minas Gerais não era alta, sendo um fator de distinção social, mesmo havendo poucos escravos em um fogo. Deste modo, a presença de 49 escravos em um domicílio chefiado por mulher nos chama a atenção.

As listas também trouxeram outras ocupações como “estalagem, florista, padeira, saboeira” entre outros, ofícios naturalizados como femininos. Contudo, um caso interessante em Catas Altas mostra a presença de Angelica Antonia, traficante, viúva, parda e com 56 anos. Supomos que por tratar-se de um contexto escravista, que Angelica teria sido traficante de escravos, no entanto, as informações das listas são limitadas a dados quantitativos, não sendo possível o aprofundamento no assunto. Destacamos esse caso por tratar-se de uma mulher exercendo uma profissão considerada masculina, contrapondo a rigidez do sistema patriarcal.

Se considerarmos o estado civil dessas mulheres identificamos que em Mariana, cerca de 83 (30,6%) eram viúvas, em Passagem, 24 (30,3%), Nossa Senhora Da Boa Vista, 16 (35,5%), e em Catas Altas, 71 (35,8%). Já em relação às solteiras, em Mariana haviam 165 (60,8%), Passagem, 50 (63,2%), Nossa Senhora da Boa Vista, 25 (55,5%), e Catas Altas, 114 (57,5%). Restando em Mariana 20 casadas, em Passagem, 5, Nossa Senhora da Boa Vista, 4, e Catas Altas 11 mulheres casadas. Além disso, em Mariana identificamos 5 mulheres sem classificação de estado civil, e em Catas Altas, 2.

Em relação ao núcleo dos fogos, observamos poucas pessoas nos domicílios, assim como também observamos um número relativamente baixo de crianças presentes, podendo deduzir que o número de filhos era menor ao que se esperava para o contexto do século XIX. Essa observação também foi feita pela historiadora Romilda Oliveira Alves (2007), ao analisar os dados do período de 1800 a 1822, da região de Mariana em

comparação com as freguesias de Santa Rita do Turvo, São João Batista do Preséio, Rio Pomba e São Januário do Ubá, regiões de expansão agrícola, e afirmou que:

É bem provável que as mulheres solteiras e chefes, tanto da área urbana quanto da rural não tivessem tido condições de manter um número considerável de agregados em suas propriedades. Uma vez que o número médio deles por domicílio em ambas às localidades não chegou a ultrapassar 1,07. Além disso, observamos que o número médio de filhos remanescentes nos domicílios das mães solteiras, tanto do meio urbano quanto do rural, mostrou-se relativamente pequeno: 1,1 e 2,3 respectivamente. (ALVES, 2007, p. 6)

A existência de fogos chefiados por mulheres com um reduzido número de pessoas contesta a família patriarcal de duas formas, primeiramente por ser um domicílio sustentado por uma mulher e segundo por contrapor a concepção de família extensa, símbolo da casa grande.

CONCLUSÃO

Os dados extraídos das listas nominativas indicam que o número de mulheres em atividades extradomiciliares foi significativo ao longo da história e que essas mulheres atuaram de diversas maneiras, mesmo que sutis, e demonstraram formas de resistência ao sobreviverem em um contexto social que nem sempre lhes foi favorável. Ao retornarmos aos dados das listas nominativas das quatro localidades, com exceção de Nossa Senhora da Boa Vista, tanto Passagem, quanto Mariana e Catas Altas, indicaram mais de 40% dos seus domicílios com mulheres na condição de chefes de domicílios. Se pensarmos que atualmente no Brasil, 40% das mulheres ocupam essa função⁹, fica notável o apagamento histórico dos protagonismos femininos na sociedade, muitas vezes em decorrência da ausência de oportunidades de ocupar grandes espaços de visibilidade. No entanto, essa condição não pode ser utilizada como forma de desqualificação da importância social e econômica das mulheres, cabendo a nós pesquisadores, o papel de recuperação e legitimação das suas atuações na história.

Mesmo havendo inúmeros trabalhos abordando a temática das mulheres chefes de domicílio, ainda há um senso comum de que a família patriarcal existiu de forma predominante na historiografia brasileira. Trabalhos mais recentes como o da historiadora Kellen Jacobsen Follador (2009), por exemplo, evidenciam a perpetuação dessas concepções. Percebemos em seu discurso uma preocupação em abordar as

⁹Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada).

discussões em torno das construções histórico-sociais em relação ao gênero feminino, no entanto, o que nos chama a atenção é que mesmo sendo contemporânea, é reforçada a ideia do papel social da “mulher ideal” insistentemente colocada na posição de submissão, ocupando um espaço quase que totalmente restrito ao lar. Situações adversas são tratadas pela autora como exceção, haja visto o exemplo das mulheres chefes de domicílio:

Logicamente que as exceções existiam e as mulheres mais humildes não podiam “desfrutar” desse papel social que via como ideal para a mulher a vida reclusa em seu lar. Precisavam trabalhar e, desta forma, adentravam ao espaço público, reservado aos homens, pois, o sustento da família em muitos casos era tarefa delas. Afora essas exceções, não podiam sair desacompanhadas e sua passagem pelos espaços públicos só era bem aceita se relacionada às atividades da Igreja, como missas, novenas e procissões, o que para as jovens daquela época era uma forma de lazer. (FOLLADOR, 2009, p. 6)

Deste modo, ao trazermos os dados das quatro localidades estudadas buscamos contribuir com os estudos sobre domicílios matriarcais evidenciando a existência de grupos familiares diversos, além de tentar resgatar a presença feminina na história não como espectadoras, mas sim como protagonistas. Os dados por sua vez, indicaram uma necessidade ainda atual de ampliarmos o universo das pesquisas sobre o tema, por destoarem dos trabalhos já realizados sobre o assunto.

Fontes Documentais:

Lista nominativa dos habitantes de Catas Altas, 1832. Arquivo Público Mineiro. Acervo Mapas de População.

Lista nominativa dos habitantes de Mariana, 1831. Arquivo Público Mineiro. Acervo Mapas de População.

Lista nominativa dos habitantes de Nossa Senhora da Boa Vista, 1832. Arquivo Público Mineiro. Acervo Mapas de População.

Lista nominativa dos habitantes de Passagem, 1831. Arquivo Público Mineiro. Acervo Mapas de População.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Romilda Oliveira. Nos limites do patriarcalismo: gênero, identidade e chefia feminina dedomicílios em Mariana, c. 1800 – c. 1822. Simpósio Nacional de História, 2007.

COSTA, Iraci Del Nero. LUNA, Francisco Vidal. Demografia Histórica de Minas Gerais no período Colonial. FEAUSP;

CORRÊA. Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. Cad. Pesq. , São Paulo, (31): 5-16, Maio, 1981.

FOLLADOR, KellenJacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro:uma herança ocidental. Revista fato&versões / n.2 v.1 / p. 3-16 / 2009.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: Termo de Mariana: História e Documentação. Departamento de História. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FONSECA, Marcus Vinícius. “Não há doce ruim e nem cabra bom”: Escravidão e classificação racial em Minas Gerais no século XIX. In: GONÇALVES, Clézio Roberto; GOMES, Janaína Damasceno; MUNIZ, Kassandra da Silva (Org.). Pensando Áfricas e suas diásporas: aportes teóricos para a discussão negro-brasileira/ NEABI-UFOP – Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

_____. Perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças nas escolas de Minas Gerais do século XIX. Revista Brasileira de História da Educação, nº 23, p. 13-39, maio/ago. 2010.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, 2003.

SAMARA, E. M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

_____. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). Psicologia USP, 2002, Vol. 13, No.2, 27-48.

_____.Mulheres chefes de domicílio; uma análise comparativa no Brasil do século xix.anuariodeliehs, vii, tandil, 1992.

PAIVA, Clotilde de Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese, Doutorado).

_____. Mariana: características da população em 1831. S/R.

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, Cláudia Marias das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo. Casa de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais – 1770-1880: novos olhares sobre um velho tema. Programa de Pós-Graduação em História da FAFICH/UFMG em 2008.

SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 8 nº 16, pp. 189 – 203. 1988. Disponível em: [file:///C:/Users/Milena/Downloads/robertslenes%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Milena/Downloads/robertslenes%20(1).pdf). Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

SOUZA, Candice Vidal e., BOTELHO Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Feministas*

Vol. 9, No. 2 (2001), pp. 414-432. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43596588?read-now=1&seq=16#page_scan_tab_contents. Acesso em: 04 de junho de 2018.

TAIAR, Estevão. Número de lares chefiados por mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos. Valor Econômico. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos>. Acesso em 28/11/2018.

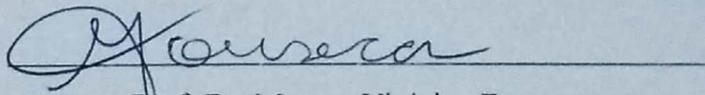
TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas.” In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. *Anais...s.l.:* s.n. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/TodosA%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso 04 de junho de 2018.

DECLARAÇÃO

Quando a banca sugerir alterações

Certifico que o aluno Milena Souza Oliveira, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado “**MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO NO TERMO DE MARIANA NO SÉCULO XIX**”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca

Orientador

Mariana, 12 de dezembro de 2018.